

ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE CREIXOMIL – BARCELOS

Estatutos

CAPITULO I

Artigo 1.º

A Associação Social, Cultural e Recreativa de Creixomil - Barcelos, adiante designada por associação, é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos. _____

Artigo 2.º

A associação tem a sua sede na Rua de Carvalhal, n.º 255, freguesia de Creixomil e Mariz, concelho de Barcelos, distrito de Braga e o seu âmbito de ação abrange o concelho de Barcelos e Esposende. _____

Artigo 3.º

1. A associação tem como objetivos principais:

a) Desenvolvimento de actividades de carater social. _____

2. Secundariamente, a associação propõe-se desenvolver os seguintes objetivos:

a) Desenvolvimento de actividades de carater cultural, educativa e recreativa;

b) Apoio á infância, juventude e terceira idade;

c) Dar apoio á Associação de Pais e Amigos das Escolas de Creixomil – Barcelos _____

Artigo 4.º

1. Para realização dos seus objetivos, a associação propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

a) CATL (Centro de Atividades dos Tempos Livres) _____

b) PJI (Prolongamento do Jardim de Infância) _____

c) Biblioteca _____

d) Sala de Estudo _____

e) Ginastica _____

2. A associação propõe-se ainda, criar e manter as seguintes actividades a titulo secundario:

a) Eventos culturais _____

Artigo 5.º

A organização e funcionamento dos diversos setores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela direção. _____

Artigo 6.º

1. Os serviços prestados pela associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder._____
2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes._____

CAPITULO II Dos Associados

Artigo 7.º

1. Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços._____
2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá._____

Artigo 8.º

Haverá duas categorias de associados:

- a) Associados Efetivos – são as pessoas singulares ou coletivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela assembleia-geral;_____
- b) Associados Honorários – são as pessoas, singulares ou coletivas, que adquiram essa qualidade em virtude das relevantes contribuições em donativos ou através de serviços prestados a favor da instituição._____

Artigo 9.º

1. São direitos dos associados:

- a) Participar nas reuniões da assembleia-geral
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária, nos termos do presente diploma;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo._____

2. São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de associados efetivos;
- b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;

- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.____

Artigo 10.º

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão escrita;
- b) Suspensão de direitos até 90 dias;
- c) Demissão._____

2. São demitidos os sócios que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a associação._____

3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da direção.____

4. A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia geral, sob proposta da direção._____

5. A aplicação das sanções previstas no n.º 1 só se efetivará mediante audiência brigatória do associado._____

6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota._____

Artigo 11.º

1. Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas._____

2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa._____

Artigo 12.º

I

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão._____

Artigo 13.º

1. Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses;
- c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma._____

2. O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação._____

CAPITULO III

Dos Órgãos Sociais

Secção I

Disposições gerais

Artigo 14.º

1. São órgãos da associação, a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal._____
2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas._____

Artigo 15.º

1. A direção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação._____
2. O cargo de presidente conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação._____

Artigo 16.º

1. Nenhum titular da direção pode ser simultaneamente titular do conselho fiscal e ou da mesa da assembleia geral._____
2. Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior não podem ser simultaneamente membros da mesa da assembleia geral._____

Artigo 17.º

1. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral._____
2. Os titulares dos membros da direção não podem contratar direta ou indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.
3. Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a da associação nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas desta._____

Artigo 18.º

1. A duração do mandato dos órgãos é de 4 anos e inicia-se com a tomada de posse

dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição. _____

2. Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensão por procedimento cautelar. _____

3. O presidente da associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos. _____

Artigo 19.º

1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil. _____

2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:

a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva. _____

Artigo 20.º

1. A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares. _____

2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate. _____

3. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto. _____

4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês. _____

5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior apenas completam o mandato. _____

6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa. _____

SECÇÃO II Da Assembleia geral

Artigo 21.º

1. A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos._____
2. A assembleia geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 12 (doze) meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos._____
3. A assembleia geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário._____
4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião._____

Artigo 22.º

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva mesa, da direção e do conselho fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações._____

Artigo 23.º

1. A assembleia geral é convocada com 15 dias de antecedência pelo presidente da mesa ou substituto._____
2. A convocatória é obrigatoriamente:
 - a) afixada na sede;
 - b) pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado._____
3. A convocatória pode também ser efetuada, facultativamente, através de correio eletrónico para o endereço eletrónico fornecido pelo associado._____
4. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião._____

5. Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia-geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos da associação, bem como através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área onde se situe a sede._____

6. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal, para os associados._____

Artigo 24.º

1. A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças._____

2. A Assembleia-geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes._____

Artigo 25.º

1. As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções._____

2. É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 22.º dos estatutos._____

3. No caso da alínea e) do artigo 21.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra._____

Artigo 26.º

1. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado._____

2. Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa._____

3. Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião._____

4. Cada sócio não pode representar mais de um associado._____

Artigo 27.º

1. A assembleia geral reunirá obrigatoriamente três vezes por ano:

a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos;

b) Até 31 de março de cada ano para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal;

c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento e para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal._____

2. A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direção ou do conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos._____

SECÇÃO III Da Direção

Artigo 28.º

A direção da associação é constituída por 5 membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal._____

Artigo 29.º

Compete à direção gerir a associação e representá-la incumbindo-lhe designadamente:

a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;

b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;

c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;

d) Organizar o quadro do pessoal, e contratar e gerir o pessoal da associação;

e) Representar a associação em juízo ou fora dele;

f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação._____

Artigo 30.º

1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da direção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro._____

2. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direção._____

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 31.º

O conselho fiscal é composto por três membros: presidente e dois vogais._____

Artigo 32.º

1. Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:

- a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação;
- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;_____

2. Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão._____

CAPITULO IV Regime Financeiro

Artigo 33.º

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma._____

Artigo 34.º

São receitas da associação:

- a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;
- b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;
- c) Os rendimentos dos serviços prestados;
- d) Os rendimentos de produtos vendidos;
- e) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
- f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;

h) Outras Receitas. _____

Artigo 35.º

1. Os associados pagam uma quota de 8 (oito) Euros anual valor fixado pela Direção e ratificado em assembleia geral. _____

2. Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à Direção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos. _____

CAPITULO V

Diversas

Artigo 36.º

1. A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei. _____

2. Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária. _____

3 Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes. _____

4 Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram. _____

Artigo 37.º

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com a legislação em vigor. _____

Creixomil – Barcelos, 12 de novembro de 2015